Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais. A Companhia é controlada pela Companhia Werner S/A.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como "repetitivas", quando são feitas em série, constituindo produtos, partes, peças e conjuntos de peças, para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou "sob encomenda", quando são feitas sob medida de forma não seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem "repetitivas" ou "sob encomenda", todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional e de clientes.

2. Políticas contábeis

A presente Demonstração Financeira foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 22 de março de 2018.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação desta demonstração financeira estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

A demonstração financeira foi preparada utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A demonstração financeira foi elaborada levando em consideração diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação da demonstração financeira foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração financeira. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a estimativa de perdas com clientes e nos estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para litígios e demandas judiciais; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros e o plano de assistência médica pós-emprego.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados na demonstração financeira devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A demonstração financeira foi preparada conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e que está em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

A demonstração financeira está apresentada em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanco, sendo a variação registrada na demonstração do resultado.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega, quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

2.4 Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e são mensurados com base nas taxas de imposto (e lei tributária) promulgadas na data do balanço, estão apresentados líquidos, quando aplicável. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais não utilizados são revisados anualmente para testar sua recuperabilidade.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS: 7,6%
- Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Prestação de serviços ICMS: 7% a 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS: 2% a 5%
- Imposto sobre Produtos Industrializados IPI: 8% a 15%
- Instituto Nacional do Seguro Social INSS: 1 2,5%

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Quando se tornam parte das disposições contratuais da Companhia, são reconhecidos inicialmente ao valor justo por meio do resultado, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, quando aplicável. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e
 ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados
 como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são
 apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos
 na demonstração do resultado.
- Empréstimos concedidos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo se expirarem, ou quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro por força contratual, transferindo substancialmente os riscos e benefícios do ativo ou o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia trimestralmente, nas datas do encerramento do balanço, se há alguma evidência que determine se o ativo financeiro não é recuperável.

2.5.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem as contas de fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é revogada, cancelada ou expirar.

2.6 Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou produção, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matéria prima: custo de aquisição pelo o custo médio; e
- (ii) Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos, mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo custos de empréstimos e capacidade ociosa quando aplicável.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.8 Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Esse custo inclui o custo de reposição do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento são satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica e separada. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Média
Terrenos	<u> </u>
Edificações e Benfeitorias	25 anos
Máquinas e Equipamentos	18 anos
Veículos, Modelos, Moldes e Instalações	10 anos
Móveis e Utensílios	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	4 anos

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9 Ativos intangíveis

São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil do ativo intangível da Companhia é avaliada como definida sendo amortizada ao longo da vida útil econômica.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Não há ativos intangíveis gerados internamente.

2.10 Arrendamentos Mercantis

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado ou, pelo valor presente dos pagamentos. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Adicionalmente os encargos financeiros são alocados como redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a apresentar a taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado na medida de sua realização. Os arrendados mercantis financeiros capitalizados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.11 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.12 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando identificado tais evidências e quando o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.14 Benefício pós-emprego

A Companhia mantinha esse benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa.

As contribuições devidas pela Companhia aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o exercício esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

Os compromissos atuariais com o plano são provisionados, conforme procedimentos previstos pelo CPC 33 (R1), com base em cálculos atuariais. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados.

No plano de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou, de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (nota explicativa 13) refere-se ao valor depositado em conta garantida para fazer frente ao valor justos dos passivos do plano e sua realização ocorrerá até o final do plano.

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.16 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para custos de reestruturação

Uma provisão para custos de reestruturação somente é reconhecida quando são cumpridos os critérios gerais de reconhecimento de provisões. Uma obrigação não formalizada para reestruturação surge somente quando a entidade:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(a) tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos: (i) o negócio ou parte do negócio em questão, (ii) os principais locais afetados, (iii) o local, as funções e o número aproximado de empregados que serão incentivados financeiramente a se demitir, (iv) os desembolsos que serão efetuados; e (v) quando o plano será implantado; e (b) tiver criado expectativa válida naqueles que serão afetados pela reestruturação, seja ao começar a implantação desse plano ou ao anunciar as suas principais características para aqueles afetados pela reestruturação.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, gerados no curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ainda, quando da avaliação de risco possível, a Companhia realiza a divulgação ao mercado dos processos.

2.17 Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para efetuar distribuições de lucros quando a distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas.

2.18 Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão da demonstração financeira da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação da demonstração financeira da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base da demonstração financeira. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento da demonstração financeira, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

<u>Impostos</u>

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia no corrente período, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários, exceto pelas provisões no passivo e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados na demonstração financeira devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	436	2.543
Aplicações financeiras	958	3.210
Total	1.394	5.753

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	13.869	16.065
Mercado externo	23.879	16.836
	37.748	32.901
(-) Ajuste a valor presente	(275)	(237)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(744)	(1.344)
Total	36.729	31.320
Circulante	36.729	31.320
Não circulante	-	-

Decomposição das contas a receber dos clientes do mercado externo em moeda estrangeira:

	31/12/2017	31/12/2016
Valores a receber em milhares de US\$	US\$ 5.413	US\$ 3.959
Dólar fechamento do exercício	R\$ 3,3074	R\$ 3,2585
Total a receber conversão Dólar x Real no exercício	R\$ 17.904	R\$ 12.900
Valores a receber em milhares de €	€ 1.506	€ 1.145
Euro fechamento do exercício	R\$ 3,9672	R\$ 3,4374
Total a receber conversão Euro x Real no exercício	R\$ 5.975	R\$ 3.936
Total a Receber Mercado Externo no exercício	R\$ 23.879	R\$ 16.836

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil. exceto quando indicado

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Duplicatas a vencer até 30 dias	10.709	10.634
Duplicatas a vencer após 30 dias	16.571	15.936
Duplicatas vencidas até 30 dias	4.136	3.415
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	6.332	2.916
Total	37.748	32.901

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(1.344)	(1.344)
Constituição	-	-
Recuperações / reversão	600	-
Saldo no final do exercício	(744)	(1.344)

6. Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	2.554	4.259
Produtos em elaboração	28.364	23.406
Matéria prima	1.947	1.005
Materiais auxiliares	3.234	2.296
Outros materiais	2.334	1.728
Mercadorias em consignação	113	178
(-) Provisão para perdas no estoque	-	(1.200)
Total	38.546	31.672

Provisão para perda é registradas para operações destinadas ao mercado de óleo e gás onde se estima que os estoques sejam realizados com perda. Neste exercício por entender que a perda destes estoques é mais que provável a companhia decidiu por realizar a baixa desta provisão. A movimentação segue abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(1.200)	(1.200)
Constituição	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	-
Baixa	1.200	-
Saldo no final do exercício	-	(1.200)

7. Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
IPI, PIS, COFINS e outros sobre insumo	12.020	9.073
ICMS, PIS, COFINS sobre o imobilizado	1.041	670
Total	13.061	9.743
Circulante	11.654	8.753
Não circulante	1.407	990

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos serão realizados pela Companhia através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

8. Processo Eletrobrás

A Companhia é autora em ação ajuizada sobre o nº 99.20.05382-1 contra a Eletrobrás, através da qual vem discutindo a correção monetária aplicada sobre os empréstimos compulsórios pagos pela Companhia, e que não foi respeitada pela Eletrobrás no momento de restituir os valores recolhidos.

O processo foi julgado, com decisão transitada em julgado em 23 de janeiro de 2014, determinando que os valores dos empréstimos compulsórios recolhidos pela Companhia no exercício de janeiro de 1987 a janeiro de 1994 fossem corrigidos da forma prevista em lei. Depois de realizar os cálculos, a Companhia ajuizou Execução de Sentença (n° 5014451-55.2013.404.7205) em 18 de novembro de 2013 no valor de R\$ 14.643.

A Eletrobrás reconheceu como devido em março de 2014 apenas o valor de R\$ 4.304, tendo depositado judicialmente o valor de R\$ 3.911, e cedido 57.528 (cinquenta e sete mil quinhentas e vinte e oito) ações preferenciais nominativas da classe B de sua emissão. As 57.528 ações preferenciais nominativas da classe B da Eletrobrás já são de direito da Companhia, e, portanto, foram reconhecidas como um ganho no exercício findo em 31 de março de 2014, líquido da taxa de corretagem. Em 31 de dezembro de 2017 essas 57.528 ações perfazem o montante de R\$ 1.299 (R\$ 1.482 em 31 de dezembro de 2016), este valor corresponde ao maior valor do saldo da conta Investimentos.

Para a parte depositada em juízo a Companhia pleiteou o levantamento do valor depositado a seu favor, porém, o judiciário não determinou a expedição de alvará do valor depositado judicialmente em favor da Companhia por existir uma demanda de terceiro alegando que o crédito é de sua propriedade e não da Electro Aço Altona S/A. Com relação ao saldo ainda remanescente de R\$ 10.339, a Eletrobrás impugnou o processo e deu ações da CEMAR em garantia à execução. A Companhia somente reconhecerá o ganho relacionado a este processo quando for plenamente assegurado o direito em seu favor e que os ativos disponibilizados sejam realizáveis.

A Companhia mantém provisionada como obrigação a pagar de honorários advocatícios o montante de R\$ 390, referentes ao reconhecimento em Investimentos das ações da Eletrobrás. Sob o saldo remanescente, referente à discussão em andamento, a Companhia possui honorários advocatícios pendentes, os quais serão devidos no momento do encerramento da causa, caso o desfecho seja favorável a Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Movimentação dos ativos Imobilizados 2017:

				Veículos, Modelos,					
		Edificações	Máquinas e	Moldes e	Móveis e I	mobilizados Ar	rendamento	Outros	
	Terrenos		Equipamentos	Instalações	Utensílios	em Curso	Mercantil	Imobilizados	Total
Custo:									
Em 31 dezembro 2016	64.075	65.079	162.191	19.026	5.528	602	-	3.111	319.612
Adições	13	758	5.480	432	152	3.242	469	103	10.649
Transferências	-	35	1.824	(1.542)	-	(317)	-	-	-
Baixas	(2.396)	(3.432)	(601)	(128)	(19)	-	-	(18)	(6.594)
Em 31 dezembro 2017	61.692	62.440	168.894	17.788	5.661	3.527	469	3.196	323.667
<u>Depreciação</u>									
Em 31 dezembro 2016	-	(30.424)	(106.783)	(16.302)	(4.387)	-	-	(2.355)	(160.251)
Depreciação	-	(1.956)	(6.318)	(547)	(230)	-	(20)	(257)	(9.328)
Transferências	-	-	(1.632)	1.632	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	325	108	16	-	-	17	466
Em 31 dezembro 2017	-	(32.380)	(114.408)	(15.109)	(4.601)	-	(20)	(2.595)	(169.113)
Valor líquido									
Em 31 dezembro 2016	64.075	34.655	55.408	2.724	1.141	602	-	756	159.361
Em 31 dezembro 2017	61.692	30.060	54.486	2.679	1.060	3.527	449	601	154.554

Encontram-se em garantias bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 57 milhões (57 milhões em 31 de dezembro de 2016) referente ao Refis. Com a Adesão ao PERT o saldo do passivo tributário é menor, por consequência as garantias/arrolamentos de bens tende a ser menor também. Sendo assim a Companhia irá solicitar uma revisão e/ou a liberação dos gravames em vários imóveis que estão garantindo o parcelamento anterior, REFIS. Isso se dará durante o exercício de 2018.

Electro Aço Altona S/A Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos ativos Imobilizados 2016:

	Terrenos	Edificações Próprias	Máquinas e Equipamentos	Veículos, Modelos, Moldes e Instalações	Móveis e I Utensílios	mobilizados Al em Curso	rendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Custo:		'		•					
Em 31 dezembro 2015	64.015	64.554	161.296	18.697	5.416	170	421	2.752	317.321
Adições	60	213	1.380	384	115	772	-	48	2.972
Transferências	-	312	96	406	-	(340)	(418)	348	404
Baixas	-	-	(581)	(461)	(3)	-	(3)	(37)	(1.085)
Em 31 dezembro 2016	64.075	65.079	162.191	19.026	5.528	602	-	3.111	319.612
Depreciação									
Em 31 dezembro 2015	-	(28.361)	(100.908)	(15.597)	(4.098)	-	(140)	(1.994)	(151.098)
Depreciação	-	(1.959)	(6.335)	(556)	(292)	-	(42)	(243)	(9.427)
Transferências	-	(104)	-	(331)	-	-	181	(150)	(404)
Baixas	-	-	460	182	3	-	1	32	678
Em 31 dezembro 2016	-	(30.424)	(106.783)	(16.302)	(4.387)	-	-	(2.355)	(160.251)
Valor líquido									
Em 31 dezembro 2015	64.015	36.193	60.388	3.100	1.318	170	281	758	166.223
Em 31 dezembro 2016	64.075	34.655	55.408	2.724	1.141	602	-	756	159.361

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil. exceto quando indica

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

		Custo		Custo	
	31/12/2015	(Amortização)	31/12/2016	(Amortização)	31/12/2017
Software					
Custos	4.068	198	4.266	91	4.357
Amortização	(3.325)	(317)	(3.642)	(241)	(3.883)
Total	743	(119)	624	(150)	474

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

11. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos	31/12/2017	31/12/2016
ACC	U\$ +4,8% a 7,05% a.a.	19.732	9.940
Capital giro nacional (Exim)	0,5% a 0,9% a.m.	13.133	10.833
Capital giro estrangeiro	U\$ + 0,5 a 0,8% a.m.	6.924	4.162
Capital giro/desconto	1,7% a.m.	9.302	3.635
Finame/BNDES	5,6% a.a.	437	902
Cartas consórcio	0,8 a 0,89% a.m.	174	-
Leasing	13,5% a.a.	156	-
Circulante		49.858	29.472
Capital giro nacional (Exim)	0,5% a 0,9% a.m.	3.203	8.092
Capital giro estrangeiro	U\$ + 0,5 a 0,8% a.m.	788	4.128
Finame/BNDES	5,6% a.a.	29	466
Cartas consórcio	0,8 a 0,89% a.m.	338	-
Leasing	13,5% a.a.	234	-
Não circulante		4.592	12.686
Total	_	54.450	42.158
Moeda nacional	_	27.006	20.293
Circulante		23.203	11.735
Não circulante		3.803	8.558
Moeda estrangeira	_	27.444	21.865
Circulante		26.655	17.737
Não circulante		789	4.128
Total		54.450	42.158

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto guando indicado de outra forma)

Vencimento dos empréstimos conforme cláusulas contratuais:

Projeção de liquidação dos empréstimos conforme previsão do fluxo de caixa:

	31/12/2017		31/12/2017
Próximos 12 meses	49.858	2018	49.858
de 13 a 24 meses	4.461	2019	2.676
de 25 a 36 meses	131	2020	1.784
		2021	44
Total	54.450	2022	44
		2023	44
		Total	54,450

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantidos por avais da Companhia Werner (acionista da Companhia) e da empresa Bellevue conforme nota 17.a e penhora de máquinas e equipamentos, conforme nota 09. Adicionalmente, estes empréstimos não têm cláusulas restritivas (covenants).

12. Provisão para litígios e demandas judiciais

a) Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2016
Trabalhistas	1.684	1.503	(1.177)	1.358
Tributárias	1.926	240	-	1.686
Total	3.610	1.743	(1.177)	3.044

Trabalhistas: A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 1.684 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.358 em 2016) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 515, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de perda da Companhia nestes processos é possível.

Tributárias: A provisão é formada principalmente por valores provisionados a título de INSS sobre verbas salariais. A Companhia discute judicialmente a não incidência de INSS sobre as verbas de auxílio doença e SEBRAE. Os valores devidos são apurados mensalmente e provisionados, sendo que o montante provisionado em 31 de dezembro de 2017, para esta causa, totaliza R\$ 1.517 (R\$ 1.277 em 2016). O saldo restante provisionado, no valor de R\$ 409, refere-se a diversas causas de valores não relevantes individualmente.

b) Depósitos judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2016
Depósito Judicial / Trabalhista	2.394	674	-	1.720

Do saldo em 31 dezembro de 2017 de R\$ 2.394, o montante de R\$ 2.031 corresponde a processos ingressados para reconhecimento da não incidência de INSS nas verbas salariais referente a SEBRAE, conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Benefícios pós-empregado

O Saldo do Benefício pós-emprego em 2017 sofreu somente a correção para o ex-diretor que continua no plano após a extinção do mesmo conforme determinação do Conselho de Administração da Cia em 2016. A variação pode ser observada no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações atuariais	(294)	(294)
Atualização Monetária	(15)	-
Total do passivo atuarial	(309)	(294)

14. Incentivo fiscal estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de abril de 2006. Tal incentivo se caracteriza pela concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual é utilizado à medida que a Companhia apresenta incremento dos valores devedores de ICMS apurados em suas operações. Tal crédito é utilizado para compensar até 60% do acréscimo de imposto apresentado pela Companhia, sendo concedido prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão. Este prazo de fruição encerrou-se no segundo semestre de 2016, sendo que a Cia. não pode mais utilizar o benefício, somente honrando o ICMS já incentivados conforme tabela abaixo. Os créditos utilizados mensalmente são devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total de o benefício estender-se a 168 meses. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 houve um adendo no contrato inicial referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando o total de crédito liberado para R\$ 15.359, desse montante a Companhia utilizou R\$ 6.618.

O saldo de crédito utilizado ainda a pagar, está abaixo demonstrado:

	31/12/2017	Amortizações	Atualizações	Prorrogações	31/12/2016
PRODEC	359	(497)	32	-	824
Total	359	(497)	32	-	824
Circulante	339				478
Não circulante	20				346

O cronograma previsto para a realização das parcelas está abaixo demonstrado:

	31/12/2017
2018	339
2019	20
Total	359

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. Programa de recuperação fiscal

Conforme divulgado ao mercado em 20 de novembro de 2017 através de fato relevante, a Companhia migrou do REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Federal nº 9.964/2000, para o PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, criado pela Lei Federal nº 13.496/2017 pelo fato deste novo programa de parcelamento do Governo proporcionar melhores benefícios aos seus optantes.

Está modalidade garantiu a Companhia redução de juros em 80%, multas na ordem de 50% e encargos legais reduzidos em sua totalidade. A amortização da dívida remanescente do PERT está ocorrendo através de quitação inicial de adesão no montante de R\$ 14.950, sendo o saldo remanescente parcelado em 145 parcelas mensais atualizados pela SELIC + 1% (sobre a parcela).

Os débitos migrados do REFIS para o PERT são da esfera da Receita Federal do Brasil – RFB (IPI, PIS/Cofins e INSS) e débitos inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (IPI, INSS, IRPJ e PIS).

Na última divulgação da Companhia em 30 de setembro de 2017, o valor devido ao REFIS montava R\$ 96.610 (R\$ 2.283 circulante e R\$ 94.327 não circulante). Após a desistência do REFIS e ingresso ao PERT através i) do pagamento do montante inicial de adesão e ii) amortização das parcelas mensais o valor devido pela Companhia à Receita Federal em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 26.530 (R\$ 5.753 circulante e R\$ 20.777 não circulante).

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é constituído de 2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal, montando R\$ 17.264 (2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal, montando R\$ 17.264 em 31 de dezembro de 2016).

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 50.000 ou até o limite de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

b) Destinação do lucro

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. A Destinação final do lucro de 2017, está demonstrado na sua integra na proposta da Administração para AGO/AGE 2018 e se encontra disponível no site da Companhia e CVM.

Lucros a distribuir: O saldo da conta de lucros a destinar em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 284, foi alocado R\$ 14 à reserva legal, R\$ 67 foi estabelecido a retenção dos dividendos obrigatórios e R\$ 203 destinado para a conta reserva de lucros. A destinação final de tal valor foi decidida em Assembleia de Acionistas no dia 27 de abril de 2017.

Do lucro que remanescer será atribuído uma participação aos administradores de 10%, calculada na forma prevista no artigo 190 da Lei 6.404, a qual somente farão jus se pago o dividendo mínimo obrigatório. Para fins de demonstração financeira, este valor já está deduzido do resultado do exercício como "Participações" após a linha do Imposto de Renda.

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Outros resultados abrangentes

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

É a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um exercício que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários, composto nesse momento pelas variações do plano de benefício pós-emprego que não afetam o resultado da Companhia (vide nota 13).

17. Partes relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme abaixo.

a) Garantias

Em garantia aos empréstimos bancários firmados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia mantém com a Companhia Werner S/A e a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças até o limite de R\$ 60 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 52 milhões. No ano de 2017, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 310(R\$ 340 em 2016), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da administração

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Conselheiros e uma Diretoria Estatutária composta de um Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e um outro Diretor. Os membros da Administração fizeram jus à remuneração de R\$ 2.850, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 236 por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 3.086 para 2017 (R\$ 3.671 para 2016).

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

18. Imposto de renda e contribuições social

a) Impostos diferidos

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

	31/12/2017	31/12/2016
Crédito tributário ativo		
Diferenças temporárias	5.080	2.881
Prejuízo fiscal e base negativa	3.611	1.742
	8.691	4.623
Credito tributário passivo		
Exclusão temporária do PERT	(18.722)	-
Valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído - CPC 27)	(20.288)	(22.767)
	(39.010)	(22.767)
Passivo líquido não circulante	(30.319)	(18.144)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais: Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados e estão apresentados pelo seu valor líquido no passivo.

Os resultados obtidos com a adesão ao "Parcelamento Especial de Regularização Tributária" (PERT) foram excluídos temporariamente no Cálculo do Lucro Real respaldado por entendimento dos assessores jurídicos da Companhia.

Os efeitos oriundos da "mais valia" do ativo imobilizado da Companhia ocorrido no ano de 2010 conforme facultado pela adoção inicial da Lei11.638 e CPC 27 – Ativo Imobilizado estão sendo tributados conforme a sua realização mediante a depreciação.

<u>Prazo estimado de realização:</u> Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa num total de R\$ 10.152 (R\$ 4.651 em 31/12/2016) e base negativa de contribuição social em um total de R\$ 11.932 (R\$ 6.432 em 31/12/2016), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 2.538 (R\$ 1.163 em 31/12/2016) e CS diferido de R\$ 1.074 (R\$ 579 em 31/12/2016). A realização destes créditos encontra-se suportada por estudos elaborados pela Administração. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios para 10 anos, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371. A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

	Estimativa
Ano	compensação
2018	1.020
2019	1.071
2020	1.125
5º ano em diante	396
Total	3.612

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	42.764	(2.990)
IR/CS a alíquota nominal de 34%	(14.540)	`1.017
(Exclusões) / Adições		
Diferenças permanentes	-	-
Incentivos fiscais	1.243	-
Brindes/multas	107	-
Outras diferenças	1.074	322
IR/CS apurado	(12.116)	1.339
Tributos correntes		(274)
Tributos diferidos	(12.116)	1.613
	(12.116)	1.339
Alíquota fiscal efetiva:	28%	45%

19. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados nas Informações em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro 2016, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil. exceto quando indici-

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor Contábil		Valor de Mercado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.394	5.753	1.394	5.753
Contas a receber de clientes	36.729	31.320	36.729	31.320
Outras contas a receber	3.623	1.430	3.623	1.430
Fornecedores	13.693	4.096	13.693	4.096
Financiamentos e empréstimos	54.450	42.158	54.450	42.158
Outras contas a pagar	9.153	2.047	9.153	2.047

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

a) Riscos financeiros

Riscos de moeda estrangeira: Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida: Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

b) Riscos operacionais

Risco de crédito: Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

c) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2018 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos. A Companhia utilizou-se de fontes externas oficiais e sensibilidade interna para determinar os índices utilizados no indexador.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

c.1) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio dos Financiamentos e Empréstimos

Operação	Risco	31/12/2017 Valor R\$	31/12/2017 Valor U\$D	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Excim	Excim	(16.336)	-	(1.797)	(1.797)	(1.797)	(1.797)	(1.797)
ACC	ACC + USD	(19.732)	(5.961)	9.836	4.948	(119)	(4.933)	(9.866)
Capital	USD +			3.000	4.940	(119)	(4.900)	(9.000)
Giro USD	CDI	(7.712)	(2.330)	3.844	1.934	(47)	(1.928)	(3.856)
Capital de	USD +	(2.222)		(2.22.1)	(2.22.0)	(2.22.1)	(2.22.1)	(2.22.1)
Giro	NCE	(9.302)	-	(2.084)	(2.084)	(2.084)	(2.084)	(2.084)
Finame / BNDES	Fixo	(1.368)	-	(77)	(77)	(77)	(77)	(77)
		(54.450)	(8.291)	9.722	2.924	(4.124)	(10.819)	(17.680)
Indexador	CDI			3,50	5,25	6,64	8,75	10,50
	USD			1,66	2,48	3,23	4,14	4,97
	ACC			7,05	7,05	7,05	7,05	7,05
	Capital							
	de Giro			22,40	22,40	22,40	22,40	22,40
	Fixo Fina	ame		5,60	5,60	5,60	5,60	5,60
	Excim			11,00	11,00	11,00	11,00	11,00

c.2) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros das aplicações.

Utiliza-se as mesmas premissas dos empréstimos também às aplicações financeiras.

Operação	Risco	31/12/2017	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações financeiras	CDI	436	15	23	29	38	46
Caixa e Equivalentes	-	958	-	-	-	-	-
		1.394	15	23	29	38	46
Indexador	CDI		3,50	5,25	6,64	8,75	10,05

c.3) Análise de sensibilidade de variações no câmbio do contas a receber em moeda estrangeira.

31/12/2017

Moeda	Risco	31/12/2017 Valor R\$	Valor Moeda Estrangeira	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Dólar	Variação	17.904	5.413	(8.973)	(4.480)	121	4.452	8.944
Euro	Variação	5.975	1.506	(2.993)	(1.494)	200	1.495	2.986
	•	23.879	-	(11.966)	(5.974)	321	5.947	11.930
	USD			1,65	2,48	3,33	4,13	4,96
	Euro			1,98	2,98	4,10	4,96	5,95

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de regis — R\$ mil. exceto quando indicado de o

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta	193.714	143.037
Impostos	(17.770)	(16.089)
Devoluções e abatimentos	(5.280)	(7.646)
Ajuste valor presente - AVP	(2.257)	(1.615)
Receita operacional líquida	168.407	117.687

21. Despesas por natureza

	-			
Custo	31/12/2		31/12/20	
Insumos diretos	(46.667)	33,8%	(30.486)	30,5%
Materiais indiretos	(8.478)	6,2%	(4.762)	4,8%
Custos com pessoal	(48.453)	35,1%	(41.732)	41,7%
Serviços de terceiros	(9.119)	6,6%	(6.449)	6,4%
Outras despesas	(25.185)	18,3%	(19.949)	20,0%
Transferência ref. reestruturação ocupacional (Nota 22)	-	-	3.359	-3,4%
Total das despesas	(137.902)	100%	(100.019)	100%
Despesas com vendas	31/12/2	017	31/12/20	16
Comissões	(4.280)	36,0%	(4.871)	46,7%
Fretes	(3.705)	31,2%	(2.071)	19,8%
Materiais	(44)	0,4%	(30)	0,3%
Mão de obra	(1.753)	14,7%	(1.537)	14,7%
Serviços de terceiros	(432)	3,6%	(414)	4,0%
Outras despesas	(1.674)	14,1%	(1.512)	14,5%
Transferência ref. reestruturação ocupacional (Nota 22)	-	-	-	-
Total das despesas	(11.888)	100%	(10.435)	100%
Despesas administrativas	31/12/2	017	31/12/20	
Materiais	(341)	2,4%	(236)	1,7%
Mão de obra	(4.364)	30,1%	(4.901)	34,5%
Locação de equipamentos	(34)	0,2%	(54)	0,4%
Honorários com encargos	(3.086)	21,3%	(3.671)	25,9%
Serviços de terceiros	(2.951)	20,4%	(2.898)	20,4%
Outras despesas	(3.723)	25,6%	(3.058)	21,5%
Transferência ref. reestruturação ocupacional (Nota 22)	-	-	619	-4,4%
Total das despesas	(14.499)	100%	(14.199)	100%

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas		
Receitas extraordinárias (a)	55.997	13.625
Outras receitas (b)	7.682	1.225
	63.679	14.850

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Outras receitas operacionais, líquidas	43.992	10.012
	(19.687)	(4.838)
Reestruturação ocupacional	<u>-</u>	(3.978)
Contratos de aval e fiança	(310)	(340)
Outras despesas (b)	(6.219)	-
Despesas extraordinárias (a)	(13.158)	(520)
Outras despesas		

- (a) A rubrica de receitas/despesas extraordinárias registra os efeitos acumulados com a adesão do PERT referente as reduções de juros/multas/encargos.
- (b) As outras receitas/despesas são compostas em sua maior parte pelos efeitos líquidos (venda custo atribuído) da alienação de terrenos, em especial relativo a venda de parte do terreno de Barra Velha

23. Receitas e (despesas) financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	97	873
Ajustes a valor presente - AVP	1.837	1.344
Variação cambial ativa*	203	-
Outras receitas	857	266
Total	2.994	2.483
Despesas financeiras		
Encargos	(4.579)	(4.025)
Juros incorridos - REFIS	(2.818)	(3.679)
Variação cambial passiva*	(943)	(815)
Total	(8.340)	(8.519)
Daniel Carrier Karleton	(5.040)	(0.000)
Despesas financeiras, líquidas	(5.346)	(6.036)

^{*}Os registros das variações cambiais, estão reconhecidos pelas movimentações líquidas nas despesas e receitas financeiras.

24. Informações por segmento

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- a) Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda); e
- Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negócio de forma única e;

Segregamos para análise a receita de dois clientes do segmento denominado repetitivo representam, individualmente, mais de 10% do total da receita líquida, localizado no mercado nacional e internacional, mais especificamente na América do Norte.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Informação da receita líquida – distribuição geográfica:

	Fundidos de Aço – 2017			Fundidos de Aço – 2016		
_	Repetitivos	Sob Encomenda	Total	Repetitivos	Sob Encomenda	Total
Nacional	79.638	28.218	107.856	36.070	36.629	72.699
América Latina	251	5.571	5.822	1.086	5.347	6.433
América do Norte	41.085	5.211	46.296	25.728	4.725	30.453
Europa e Ásia	363	8.070	8.433	668	7.434	8.102
Total	121.337	47.070	168.407	63.552	54.135	117.687

25. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

-	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas preferencialistas	18.079	(974)
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinaristas	12.569	(677)
- -	30.648	(1.651)
Média ponderada de ações preferencialistas	1.275.000	1.275.000
Média ponderada de ações ordinaristas	975.000	975.000
-	2.250.000	2.250.000
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	14,1799	(0,7638)
Ação ordinária	12,8909	(0,6944)

As ações preferenciais não gozarão de direito de voto, respeitadas, no entanto, as disposições de lei. As ações preferenciais terão: a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária; b) preferência, em caso de liquidação da sociedade, no reembolso do capital social; c) se a Companhia deixar transcorrer três exercícios consecutivos sem a distribuição dos dividendos acima, as ações preferenciais adquirirão o direito de voto, direito esse que perderão quando forem distribuídos dividendos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

26. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como responsabilidade civil, lucros cessantes e demais coberturas, como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada	Vigência até
Responsabilidade civil administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	5.000	16/04/2018
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	Roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis	250	20/05/2018
Vida colaboradores	Indeniza morte, acidente ou invalidez de colaboradores	até 220 por colaborador	01/10/2018
Transporte internacional importação	Seguro de transporte ref. importação de mercadorias	Conforme valor NFs/Faturas/Invs.	31/08/2018
Responsabilidade civil geral	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	6.900	20/08/2018
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Incêndio, danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	70.550	20/05/2018
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	94.000	20/05/2018
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	600	20/09/2018
Responsabilidade civil ambiental	Danos Involuntários causados ao meio ambiente	3.000	03/08/2018

A cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros, portanto, não foi escopo de avaliação por parte de nossos auditores.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao que determina o Capítulo V do Estatuto Social, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da ELECTRO AÇO ALTONA S.A., para apreciação dos relatórios das Contas da Diretoria, expresso pelo Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Após analisados e discutidos todos os pormenores, aprovaram-nos na sua íntegra e manifestaram-se favoravelmente quanto à sua aprovação no dia 22 de março de 2018.

Membros do Conselho de A	<u>Administração</u>		
Carmen Vetter Werner Presidente			
Valmir Osni de Espindola Vice-Presidente			
Eduardo Vetter Conselheiro			
Débora de Souza Morsch Conselheira			
Marco Antonio Werner			